GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 164ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas do dia 27 de janeiro de dois mil e vinte e dois, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade -Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 2º andar, na Capital do Estado, sob a Presidência do Sr. Philipe Campello Costa Brondi da Silva, Presidente do Instituto Estadual do Ambiente - Inea, que presidiu o Conselho Superior do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – Fecam, em caráter extraordinário, substituindo o Presidente do Conselho Sr. Thiago Pampolha Gonçalves, Secretário Estadual do Ambiente e Sustentabilidade, por motivo de agenda externa. Estavam presentes os Conselheiros: Jorge Vicente Peron Mendes representante da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan, os Conselheiros da Assembleia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente – Apedema, Sra. Cláudia Valente Guimarães dos Santos, titular, e o suplente Sr. Markus Wolfjdunkell Budzkz**.** Participaram ainda, desta Reunião, a Sra. Maria das Graças Andrade, Superintendente da Superintendência de Fundos de Interesse Público – Supfip/Subexe/Seas, a Sra. Milena Almeida Suhett, Coordenadora do Fecam, e as Sras. Kamylla Ribeiro Machado e Eliana Cardoso de Almeida, todas da Coofecam/Supfip/Seas, o Sr. João Vicente de Matos Rocha, Sra.Vanessa Schinaider do Amaral Pereira, Sr. Daniel Moraes de Albuquerque, estes últimos da Diretoria de Recuperação Ambiental do Inea, Sra. Ana Asti, Sra. Gisele de Souza Boa Sorte Ribeiro e Sra. Natália Freitas de Souza da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade – Subrehs/Seas e Sra. Rute Juntemberg. **1 - Abertura**: O Sr. Presidente abriu a reunião saudando o novo Conselheiro Suplente da Apedema Markus Wolfjdunkell Budzkz, que agradece e comunica que a Conselheira Titular da Apedema Claudia Valente está também presente a reunião. O Presidente agradece a presença da Conselheira, que cumprimenta a todos os presentes. Prosseguindo, o Presidente informa que a equipe técnica do Fecam fará uma breve apresentação sobre o Planejamento Orçamentário do Fecam para 2022 e um resumo de 2021 – **item 2 da pauta**. A Coordenadora do Fecam, Milena Almeida, cumprimenta a todos e se apresenta, iniciando sua explanação informando que este resumo é principalmente para os novos Conselheiros da Apedema. Começa, então, explicando o que é o Fecam, a sua criação em 1986 antes da Constituição do Estado, como utilizar os seus recursos e de onde vem os seus recursos. É um fundo de natureza contábil voltado para projetos de conservação ambiental e desenvolvimento urbano, sendo que o maior montante desses recursos vem de 5% dos royalties de petróleo arrecadados pelo Estado. O Fecam ainda recebe recursos de outros tipos de fontes como multas ambientais, TAC's e doações, sendo que o maior dos seus recursos vem dos 5% do pré-sal e 5% do pós-sal. Suas leis e decretos de criação encontram-se disponíveis no site do Fecam, inclusive todas as Deliberações Normativas. A representação atual do Fecam é composta pela Apedema, pelo Inea, da Seas, da Secretaria de Estado de Fazenda - Sefaz, neste momento aproveita para comunicar que o representante suplente da Sefaz não pode estar presente por motivo de reunião. E que foi feita solicitação à Sefaz para indicação de novo representante titular, já que o anterior foi exonerado de seu cargo. Completando a representação do Fecam o representante da Firjan. Em continuidade à apresentação, a Coordenadora Milena, informa sobre a carteira de projetos que conta com 99 aprovados. E que está identificando os projetos parados junto aos seus proponentes no intuito de verificar se serão executados ou não, tendo em vista que poderão ser cancelados aqueles que não iniciaram após 12 meses, sem execução, ou que iniciaram e estão parados por mais de 24 meses. Prossegue explicando como funciona o fluxo dos projetos desde sua aprovação, recebimento dos recursos, licitações, empenhamento das despesas, pagamento e prestação de contas. Antes de 2020, explica, o orçamento ficava no Fecam e era descentralizado para os órgãos proponentes para empenhamento e liquidação da despesa e depois de 2020 o orçamento do Fecam está dentro do orçamento dos próprios órgãos. A equipe do Fecam monitora os empenhos para saber se as despesas estão de acordo com os projetos aprovados. A parte do desembolso e da liberação da cota financeira fica a cargo da Sefaz, porque o financeiro fica na conta única do estado. Continuando, faz uma breve exposição sobre execução de 2021, informando que o

Relatório Anual de 2021 está sendo elaborado para apresentação na próxima reunião do Conselho. Passa então a falar sobre o orçamento anual de 2022 com a previsão de arrecadação de R$ 695.677.491,00, royalties e multas por danos ambientais. Agradece a todos e finaliza. O Conselheiro Peron pede a palavra para fazer um registro e um destaque de agradecimento pelo trabalho da Milena, destacando que representa a Firjan neste Conselho há cerca de cinco, seis anos, e é a primeira vez que tem a oportunidade de ver uma apresentação, de forma sintética e objetiva, ao fluxo de trabalho do Fecam, aos fundamentos de sua criação, sua operação, essa lógica de prestação de serviços, isso sem fazer nenhum valor de juízo com as outras gestões anteriores do Fecam. Essa exposição muito clara e pragmática é tudo que os Conselheiros gostariam de ver periodicamente. A título de colaboração, continua o Conselheiro, que este tipo de apresentação e de manifestação por parte do Fecam, ajuda aos Conselheiros a testar a transparência do processo. É tudo que um Conselheiro de qualquer órgão, de qualquer instância, de se sentir confortável em votar pelo sim ou pelo não para aprovar dotação de recursos e apoiar a execução de alguns projetos. Mas tem que ficar claro, nessa transparência, que a energia que tem que ser empregada aos projetos, está fora da gestão do Fecam, que é exatamente a execução daqueles recursos que têm uma grande diferença de quase 70% do que foi dotado e aprovado para o projeto e o que foi executado e liquidado. Existem algumas explicações e algumas justificativas, como foi colocado pela Milena, mas o fato é que se tem hoje do valor total aprovado e dotado somente 30% executado. Isso é preocupante e se precisa criar dispositivos para que aqueles projetos citados, projetos que não tenham sido, eventualmente, executados, que seu recurso retorne ao Fecam para que outros projetos possam se valer desses recursos e serem executados. Parabeniza a Milena pela apresentação e pelas informações que foram disponibilizadas até o momento. O Presidente pergunta se a Apedema quer falar e o Conselheiro Markus faz um pedido para socializar a apresentação para o e-mail da Apedema e cumprimenta pela exposição. O Presidente comunica que irá disponibilizar por e-mail para todos os Conselheiros. Seguindo, diz que compartilha da preocupação do Conselheiro Peron, que está exaurindo o máximo a capacidade positiva de elaboração de projetos e que são dois desafios, disponibilizar os recursos que estão disponíveis para a realização e desatar todas as amarras públicas. Prosseguindo passa o **item 3 da pauta** – Deliberação da ata da 163ª Reunião do Conselho Superior do Fecam e pergunta se os Conselheiros têm alguma observação para sobre a ata. Nenhuma observação. Aprovada a ata 163ª. Passa então para o **item 4 – Deliberação de novos projetos. 4.1 – Proponente: Seas/Subrehs – Projeto Estudo de Potencial de Reuso de Água no ERJ – Valor: R$ 696.317,23 – Prazo: 15 meses – Processo: SEI-070026/001423/2021,** que será apresentado pela técnica Natália Freitas, da Subsecretaria de Recursos Hídricos da Seas. Neste momento, o Presidente convida a Subsecretária Ana Asti para compor a mesa de reunião. A Subsecretária agradece a todos e ressalta a importância deste tema para a Secretaria e em especial para a Subrehs. Em dezembro de 2020 foi lançado o Decreto de reuso, que é um trabalho especial desse grupo, da Superintendência de Recursos Hídricos, e agora junto ao Inea no processo de estruturação de uma regulamentação do Decreto de reuso. A Subsecretária chama atenção para a presença, também, da Gisele Boa Sorte, atual Superintendente de Recursos Hídricos. Este projeto começou com a Superintendente anterior e a Natália que é a técnica responsável por este processo. Continuando, explica que para desenvolver a regulamentação para o reuso no ERJ, precisa desenvolver um estudo profundo sobre o tema da água de reuso, por isso precisa do apoio do Fecam para a realização de um estudo para poder ter uma regulamentação que apoie o desenvolvimento em diversas áreas, nos seus diversos usos da água de reuso. Passa a palavra para a Natália para expor o projeto. A Superintendente Gisele informa que já tem o Termo de Referência pronto esperando o recurso para alavancar o processo licitatório. Em seguida, a técnica Natália inicia a apresentação, que é uma proposta de Projeto do Estudo Potencial de Reuso de Água no ERJ. Com a vivência das crises hídricas anteriores e a

possiblidade de surgimento de novas crises hídricas e que elas se tornem cada vez mais frequentes, a Superintendência vem investindo na temática da segurança hídrica e na temática de reuso. Isso reflete na meta de 180 dias para fomentar o projeto piloto de reuso de água residuária no Estado e também no PPA, que consiste na elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica, no Estudo de Potencial de Reuso de Águas Residuárias para fins não potáveis e na Implantação de Projeto Piloto de Reuso de Águas Residuárias para fins industriais. De uma forma geral a segurança hídrica consiste em ter água suficiente, em quantidade e qualidade, para atender as necessidades humanas, econômicas e ecossistêmicas. E nesse sentido, o reuso entra como uma estratégia muito usada mundialmente para conseguir atender, atingir e promover a questão da segurança hídrica. Isso porque o reuso consiste na utilização da água residuária, a água descartada, proveniente de processos domésticos, comerciais, industriais. Esse efluente que anteriormente era tratado e descartado no ambiente, passa a ser reaproveitado, passa a ser direcionado para finalidades industriais ou urbanas e passa a ser reutilizado. Então, se percebe a importância e a vantagem de se utilizar o reuso como forma de promover a segurança hídrica. Então o reuso vai promover a eficiência e a eficácia na utilização do recurso hídrico e vai diminuir as demandas sobre os mananciais. O reuso como fonte alternativa de água acaba reduzindo a captação que vem sendo feita no manancial. Isso acaba possibilitando o atendimento dos usos múltiplos, diminuindo a pressão sobre o manancial que está servindo de abastecimento. Nesse sentido o reuso trazendo a vantagem de disponibilizar esses mananciais para uso prioritário. Conseguindo que as industriais, p.e., usem uma fonte alternativa de água vinda de esgotos tratados, conseguindo uma água que talvez possa ser de melhor qualidade destinada para abastecimento. O reuso pode prevenir poluição dos ecossistemas, tendo esse efluente despejado no ambiente, tratado novamente, com qualidade até maior do que aquele que estaria sendo descartado anteriormente, servir para outra finalidade e ser descartado, muitas vezes, com uma qualidade superior daquela de forma convencional. O reuso vai também transformar o ciclo linear da água em circular, isso no sentido de captar a água, utilizar, tratar e descartar e, antes de descartar, fica fazendo um ciclo de reutilização dessa água com um aproveitamento muito melhor. Tem, ainda, um reuso assegurando a segurança hídrica em termos de desenvolvimento econômico, porque em situações de escassez o uso prioritário é para o abastecimento humano, tendo a garantia de abastecimento de água porque está usando uma fonte alternativa ao manancial. A proposta deste estudo é de 15 meses com abrangência estadual, com o objetivo de elaborar estudo de potencial de reuso para fins não potáveis no ERJ, visando diminuir a demanda hídrica e a poluição dos corpos d'água, além de aumentar a segurança hídrica para o desenvolvimento econômico do ERJ. Os objetivos específicos são estudar as interações com a política e o sistema de gestão de recursos hídricos; identificar as interfaces com os instrumentos de gestão e política ambiental; identificar as modalidades de reuso para fins não-potáveis possíveis de serem realizados no ERJ; definir as localidades com potencial para adoção de projetos de reuso para atividades industriais ou agrícolas; fornecer orientações para ações de gestão, planejamento e intervenções do Estado voltada para o termo reuso e elaborar o Plano de Comunicação- estratégias de marketing para promoção, conscientização, valorização e aceitação do tema; implementar mecanismos de planejamento e gestão para alavancar o reuso no ERJ; fornecer diretrizes para subsidiar a implantação futura de um projeto de reuso de águas residuárias para fins não-potáveis no ERJ. O projeto está estruturado em fases: I – Diagnóstico Prognóstico; II - Avaliação Potencial de Reuso; III - Planejamento Conceitual; IV - Investigação Preliminar de Viabilidade; V - Plano de Ação e VI - Plano de Comunicação, E dentro dessas fases tem diversas atividades e produtos previstos a serem atingidos. Com as seguintes etapas: plano de trabalho – diagnóstico e prognóstico – avaliação potencial – planejamento conceitual – avaliação preliminar de viabilidade – plano de ações – plano de comunicação. E como resultados esperados: promover a política de reuso no ERJ; identificar as modalidades de reuso com maior potencial no estado, bem como as regiões

propícias para instalação de projetos com esta finalidade; fornecer subsídios ao planejamento e a implementação de projetos de reuso de água residuária como alternativa para abastecimento de atividades produtivas; promover o desenvolvimento econômico sustentável e economia circular e ampliar a segurança hídrica no ERJ, assegurando a disponibilidade, gestão e uso sustentável dos recursos. O orçamento estimado com BDI foi de R$ 696.317,23. O Presidente agradece a exposição e coloca o projeto para crítica dos Conselheiros. O Conselheiro Peron inicia explicando que está envolvido com o tema reuso desde 2013. E lendo o projeto que toca não só em pontos relevantes para a perenidade das atividades no estado, mas também na atração de investimentos e movimentação social, tendo uma série de componentes que fazem parte deste projeto e que foram muito bem abordados na sua discrição e apresentação, parabenizando, na oportunidade, toda a equipe. Acrescenta, ainda, que faria dois comentários, que é a necessidade da oportunidade que se tem de capitalizar e utilizar tudo o que foi produzido nos últimos anos sobre esse assunto, não só no Rio de Janeiro como foram do Rio de Janeiro. E um ponto que chama a atenção, também, continua o Conselheiro, a Firjan junto à Confederação Nacional da Indústria – CNI, contratou a Universidade de São Paulo – USP. O professor Evanildo, comparativamente a quem foi empregado num trabalho da Firjan com a USP, entre 2016 e 2018, fez praticamente esse mesmo trabalho para 6 capitais no Brasil e o Estado do Rio de Janeiro foi um desses capítulos. E esse estudo foi extremamente reservado, cuidadoso com o custo. E quando se compara o estudo do professor Evanildo com 6 capitais e os recursos disponibilizados para este projeto causa uma certa curiosidade. Ou o professor foi extremamente cuidadoso, reservado com o custo ou agora, porque o que foi cobrado pela USP é uma fração do custo deste projeto. Este custo vai ser aprovado, mas é necessário se avaliar outros prestadores de serviço para verificar se este custo final pode ser otimizado. Terminando, mais uma vez parabeniza a exposição do projeto. A técnica Natália que esclarece que em termos dos trabalhos anteriores, foi separada uma fase somente de análise do conhecimento, que será um levantamento do todos os estudos existentes para embasar os atuais. Com relação ao orçamento foi feita uma estimativa, esse valor deve passar ainda pelo setor financeiro e ainda esse valor pode ser reduzido na licitação na análise de menor preço. A Superintendente Gisela complementa explicando que quando se começou a pensar neste estudo, o grande motivador foi a Firjan, por conta de uma nota técnica que foi apresentada no GTI, e como não tinha o professor foram iniciadas conversações com a UERJ que é uma parceira da Secretaria, sendo feita uma nota técnica que acabou virando um livro que vai ser publicado nos próximos dias. Foi tentado fazer uma descentralização, sem um processo licitatório, A jurídica entendeu que tinha que fazer a licitação. Foi pensado em como encaixar as etapas dentro do orçamento, sendo uma das mais fortes a avaliação de risco, que é fundamental. Após várias reuniões com a UERJ chegou-se a esse valor final. O Presidente explica que parte desses recursos, diferentemente do Fundo da Mata Atlântica - FMA, são recursos públicos e pela Lei nº 8.666 eles são licitados, onde os preços podem reduzir bastante, quando o mercado se manifesta em relação ao valor. É muito importante reforçar, que o desenvolvimento sustentável do estado passa por grandes pilares como: a sustentabilidade ambiental, a segurança ambiental, s segurança energética, a segurança hídrica e a segurança jurídica. O Conselheiro Markus parabeniza a todos e como engenheiro florestal comenta que com o plantio aberto se gastava muita água e com as estufas se perde muita água e ninguém faz reuso. Precisa um olhar para melhorar a sustentabilidade, o reuso é a bandeira, mas tem que chegar nessa ponta. A Conselheira Cláudia completa falando que a questão do reuso é uma questão cultural. No Brasil não se tem a cultura do reuso. Aproveita para sugerir aos representantes do estado que levem esse tema para questão da legislação. Que sejam criadas leis que obriguem tanto na cidade como no campo que sejam feitos estudos de reuso. A Superintendente Gisele explica que o Decreto que foi publicado no final de 2020, como comentou a Subsecretaria Ana Asti, institui como política pública a utilização da água de reuso, dizendo quais são os fins do reuso e as modalidades, como agrícola, industrial, urbana,

ambiental. E o Inea como órgão gestor faria as normas para regulamentar esse decreto de acordo com cada uso. Estando nesta fase, que tem o GTI, o reuso e o biogás, tem uma pessoa dentro do Inea, que é a técnica Natália, fazendo esta articulação. A ideia é que tenha uma primeira norma para fins industriais. Tudo está evoluindo, e não é que tudo, necessariamente, precisa que o estudo esteja pronto, sendo que a parte de levantamento de parâmetro já tem algumas pontualidades. Tudo está evoluindo, e não necessariamente, tudo precisa que o estudo esteja pronto. A parte de levantamento de parâmetros já tem algumas pontualidades no mundo, e está sendo feito esse levantamento para consolidação junto ao Inea. Em nível federal existem várias normas que estão sendo levantadas. A definição de esgotamento sanitário diz que reuso faz parte do esgotamento sanitário. È urgente que se tenha esse estudo consolidado, para que se alcance as metas de universalização. Porque, embora sejam personagens diferentes o objetivo é um só, a qualidade da água, e que as pessoas tenham a água para abastecimento em qualquer setor que seja necessário. A nível estadual, completa a Subsecretária Ana Asti, as informações desse estudo vão ser importantes para que se possa propor uma lei estadual que esteja de acordo com o novo marco legal hídrico nacional. A técnica Natália complementa informando que foi percebido durante o levantamento da legislação existente no país, que as leis peavam em termos de regulamentação. Então, a preocupação quanto as normas operacionais, tentando desenvolver junto com o Inea, não só para fins industriais mas para todos os outros fins. O Presidente coloca o projeto em votação, que foi aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. Passando, então para o próximo Projeto. **4.2- Proponente: Seas/Subrehs – Projeto Programa Comunidade Cidade – Polo de Reciclagem – Valor: R$ 2.801.808,00 – Prazo: 12 meses – Processo: SEI-070026/001175/2020.** A Subsecretária Ana Asti. Inicia a dizendo que esse projeto é muito especial para a Subsecretaria e que solicitou que a Sra. Rute Juntemberg, que esteve à frente desse projeto na época da elaboração, viesse apresentar já que foi a sua grande planejadora. A Secretaria tem um programa na Rocinha, premiado na Firjan, que desenvolve um trabalho com reciclagem, com catadores da própria comunidade que se chamava “De olho no Lixo”. Esse projeto foi sendo desenvolvido com apoio da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ há cinco anos. A partir desse projeto, em 2017, foi criada a Cooperativa Recicla Rocinha pela própria comunidade. Essa cooperativa tinha um espaço organizado pelo Secretaria e o Inea e em 2017 esse espaço foi retomado pela Prefeitura. A cooperativa na época tinha 96 pessoas trabalhando na coleta de resíduos na comunidade e hoje conta com apenas 10 pessoas trabalhando. Esse projeto foi renovado com o apoio financeiro da ACRJ, como Comunidade Recicla. O projeto foi reformulado mantendo as ações de desenvolvimento de equipamentos musicais utilizando resíduos, como a “Eco moda” utilizando resíduos para fazer produtos de moda e o apoio à Cooperativa Recicla Rocinha. Então são 3 ações dentro desse projeto que tem o apoio financeiro da ACRJ. Só que o espaço ainda não existe. Este projeto foi construído em 2019, na época em que o estado estava tendo uma atuação na comunidade mais incisiva através de um Programa, que foi descontinuado, Comunidade Cidade que a Rute estava à frente. Mas o projeto ficou e foi construído naquela época pelos profissionais do Comunidade Cidade em conjunta com a Subrehs, sendo um projeto muito caro, no sentido da importância de um retorno para a comunidade, com dignidade, com estrutura para que aquelas 96 pessoas possam voltar a ter uma renda através de uma ação muito importante para o meio ambiente que é a reciclagem. Existe um potencial de geração de renda muito grande na Rocinha e o que se espera é levar esse projeto para outras comunidades em que o estado vem atuando. Finalizando, a Subsecretária informa quem vai fazer a exposição do projeto e Sra. Rute, que inicia se apresentando como urbanista de profissão, funcionária pública a 39 anos, passando por várias secretarias do estado. E em 2019 foi convidada a coordenar o Programa Comunidade Cidade, que a princípio era um programa de urbanização que previa urbanização em duas grandes favelas no Rio de Janeiro, Rocinha e Maré. Sendo que o foco principal foi a Rocinha, inicialmente, por solicitação do Governo do Estado, porque já vinha coordenado o

PAC das favelas, a parte social, desde 2007 na Rocinha. Seguindo, informa que coordenou a Rocinha, Manguinhos, Alemão, Pavão, Pavãozinho, Cantagalo e Santa Marta, acumulando um conhecimento muito grande da Rocinha, que talvez o maior desafio mais do que enfrentar a violência e o tráfico de drogas, seja enfrentar a questão do lixo. O lixo na Rocinha é quase impossível de resolver. Foi feita inúmeras reuniões durante o PAC I e durante as propostas para o PAC II para a questão da coleta de lixo e também para a questão da reciclagem. O Governo do Estado na época cedeu um imóvel para a Secretaria de Meio Ambiente para que fosse criada a cooperativa que a Subsecretária Ana já explicou. Em 2019, quando assumi a coordenação do Programa Comunidade Cidade, continua a Sra. Rute, uma das demandas que vieram da comunidade era a construção de um polo de reciclagem. Este programa tinha um investimento previsto para a Rocinha na ordem de 2 bilhões de reais. E o polo de reciclagem seria um dos equipamentos a serem construídos, além de unidades habitacionais, abertura de vias, construção de outros equipamentos na área da saúde, da cultura, a recuperação do Parque Ecológico, que foi objeto do próprio Fecam durante o PAC I e que hoje está destruído. Então foi desenvolvido dentro da Secretaria de Infraestrutura um projeto que é o Polo de Reciclagem. Todos os projetos previstos para a Rocinha sempre foram trabalhados na equipe com uma premissa de que o ideal é tanto a realocação quanto os projetos que vão atender qualquer comunidade, procurando construir no máximo num raio distante do núcleo da comunidade de até 2 km. Esta proposta foi buscar terrenos que estivessem próximos às comunidades. Então, considerando que a maior parte do lixo é lançada nos principais talvegues da Rocinha, foram mapeados todos os talvegues, canais e valões que estão completamente assoreados e esses lixos descem pelos valões e acabem sendo lançados por último na praia de São Conrado, porque o extravasor não atende. Além da questão do lixo tem o problema das encostas com áreas de risco geológicos, definidas pela Fundação Instituto Geotécnica – Geo - Rio, com famílias vivendo nessas áreas de risco que precisariam ser realocadas. A Rocinha é uma comunidade que está localizada na zona sul entre 3 bairros de maior IDH do país, São Conrado, Leblon e Gávea, e se encontra numa área de preservação permanente que é a Floresta da Tijuca no seu limite. O objetivo principal seria encontrar um ponto de encontro e de trabalho para os catadores locais, tornando-se também um elemento de recepção de resíduos recicláveis de outras fontes, com capacidade de triagem, prensagem e estocagem de resíduos recicláveis. Esse local de fácil acesso para os caminhões, porque fica no limite da Rocinha com o bairro São Conrado, foi identificado e a equipe da Secretaria e do Inea estiveram presentes e consideraram o espaço adequado. Então a ideia é abrigar essa cooperativa que se chama Rocinha Recicla e poder ampliar os postos de coleta de resíduos sólidos e, ainda, fortalecer a comunidade com projetos de educação ambiental, coordenados pela Secretaria, como projetos de separação de lixo nos próprios domicílios, e conversando com a Comlurb a ampliação dos pontos de coleta dentro da comunidade, que alega que faz a coleta e logo depois pontos que não são oficiais e estão cheios de lixo. A meta seria a implantação desse Polo de Reciclagem dentro da Rocinha, que seria o primeiro polo de reciclagem em comunidade de baixa renda com apoio, para construção, do governo e da iniciativa privada numa parceria público-privada e dentro das atividades previstas seria a privatização desse espaço físico para construção, que é um terreno que fica na avenida Niemeyer junto a saída do complexo esportivo, um terreno já identificado que precisa ter a avaliação pela PGE porque é um imóvel que tem RGI atualizada. A PGE tem valores e parâmetros para realizar esse tipo de avaliação, porque já fez outras avaliações dentro do programa. E como uma segunda meta a implantação do polo e a infraestrutura e aquisição dos equipamentos. A estimativa de custo é de R$ 2.801.808,00, uma parte para a construção do equipamento, uma para desapropriação do imóvel e outra para aquisição dos equipamentos necessários para operacionalização. O prazo seria de 12 meses. Foi feito um fluxograma do projeto aprovado pela Seas e pela equipe de arquitetos, atendendo todas as premissas técnicas necessárias; a localização do polo é uma área de fácil acesso que não está dentro da

comunidade e as imagens em termos arquitetônicos, como ventilação e iluminação nas áreas de separação, do empreendimento, elevando o pé direito da área de estocagem, o telhado, gerando um ambiente de trabalho confortável; fachada de pallets para uma estratégia de conforto técnico; aproveitamento da água de chuva; uso de painéis fotovoltaicos e alguns aspectos do método de construção. Encerrando sua exposição a Sra. Rute agradece a todos e se coloca a disposição para perguntas. O Presidente, então, abre para perguntas dos Conselheiros. A Conselheira Claudia da Apedema, diz ter uma dúvida sobre os valores, se engloba só a parte física sem a parte das pessoas que vão trabalhar na cooperativa? A Sra. Rute responde que os valores englobam a parte física da construção, aquisição dos equipamentos e a desapropriação do terreno. Os cooperativados não serão remunerados dentro do projeto, que virá a partir da implementação do projeto nessa parceria com a ACRJ. A Subsecretária Ana completa a informação que tem cinco anos que a Subsecretaria trabalha nessa comunidade com a parceria da ACRJ, sendo um projeto já consolidado. O que se espera, agora, é capacitar os cooperativados e que a cooperativa tenha um espaço, uma estrutura, uma capacidade técnica, para que depois possa continuar a sua atuação. A Conselheira Claudia continua e diz que na exposição se percebe que existe uma dificuldade da comunidade no envolvimento com a cooperativa, não só na questão de renda, mas também, para com a comunidade. E acrescenta que dentro desse projeto, como sugestão, tem que haver um envolvimento da sociedade em torno da questão do lixo. A Subsecretária explica que a Subrehs tem uma Superintendência de Educação Ambiental em que um dos projetos, Ambiente Jovem, está sendo levado para a Rocinha. Como outros projetos de inovação integrados dentro das comunidades como a Favela Inteligente da Faperj. O Conselheiro Markus confirma as boas colocações da Dra. Claudia Valente com relação a educação ambiental. E questiona sobre o patrimônio, fica com quem? A Sra. Rute responde que na proposta o patrimônio seja do Estado e a gestão é compartilhada, ou seja, o Estado participa através da Seas com a sustentabilidade da gestão junto com as comunidades. Então, não há como realizar um trabalho em comunidades sem a sua participação e tem que ser efetiva em todos os momentos. A questão da educação ambiental é um dos pilares para a sustentabilidade. Não é somente o polo de reciclagem, é todo um conjunto de ações e atividades que precisam ser realizadas, para que esse projeto dê certo como um todo. Como está dentro de uma única secretaria, sua execução, coordenação e as atividades não têm como não dar certo. O Conselheiro Markus agradece. O Conselheiro Peron fala que é inquestionável o mérito do projeto. É necessário que o Estado pense na continuidade do projeto, na gestão desse espaço, com algum programa complementar, seja de autoria própria ou em parceria com alguma outra instituição. Outro ponto é a disponibilização de um mil e meio para desapropriação, quando se tem um orçamento de 2 milhões e oitocentos mil, 50% do orçamento do projeto para desapropriação. Outro ponto de atenção é a necessidade de conexão e coordenação da continuidade, depois da inauguração do projeto com o Projeto Recicla que também foi aprovado aqui no Fecam. Apenas um detalhe, atualizar a capa do Projeto colocando o nome da Ana Asti e o do Secretário Thiago Pampolha. A Sra. Rute faz um esclarecimento sobre a questão do imóvel. O Governo quando lançou o Programa Comunidade Cidade em 2019, foram identificados vários imóveis, dentro da comunidade que não têm RGI. Dentro do rito de avaliação do Governo, quando existe uma propriedade formal, é solicitado que a PGE faça a avaliação. Este imóvel no caso, está na área formal, não está dentro da favela. O Presidente coloca o projeto para aprovação, que é aprovado por todos os Conselheiros. Seguindo a pauta, o próximo projeto**, IV.3- Proponente: Inea/Dirram – Projeto: Projeto Executivo e Obras de Construção de Travessia e Urbanização no Rio Barreiro, Rua Major José Tinoco, Campo Grande, RJ– Valor: R$ 4.407.321,02 – Prazo: 09 meses – Processo: SEI-070002/000163/2022 –** Apresentado pelo Gerente de Projetos da Dirram/Inea**,** João Rocha, que inicia agradecendo a oportunidade de estar apresentando mais um projeto. Esse projeto segue uma demanda da própria associação de moradores, de corrigir um

problema antigo que é o acesso a essa comunidade, mas também promover uma ação que pudesse aproximar a comunidade desse único fragmento de vegetação de mata ciliar, onde as pessoas fazem uma área de lazer improvisada. Além de corrigir um problema hidráulico naquele ponto do rio, mas também fortalecer o elo dessa comunidade com o rio Barreiro que é o corpo hídrico em tela. Campo Grande é um extenso e populoso bairro da zona oeste do Município do rio de Janeiro, com uma população estimada em 548.628 habitantes e aproximadamente 104 km2. A região hidrográfica da área em estudo é a RH II Guandu. O rio Barreiro nasce perto de Bangu, no maciço da Pedra Branca e corre para a Baía de Sepetiba passando por toda a região de Campo Grande indo em direção da bacia do Guandu. É uma construção de nova travessia sobre o rio Barreiro, incluindo os serviços de demolição da travessia existente, limpeza e adequação da calha do rio e criação de um parque nas faixas de proteção. A travessia está localizada na Rua Major José Tinoco, fazendo a ligação da Av. Brasil com o bairro Princesa Diana. **Diagnóstico Sócio Ambiental** – o rio recebe uma carga orgânica, esgoto, efluentes, mas ainda é um rio que tem que ser feito um trabalho de preservação e recuperação para melhorar as condições ambientais. Essa travessia é o único acesso da comunidade à Av. Brasil e a toda infraestrutura de transporte. A área de lazer fará a aproximação dessa consciência ambiental, de preservação da mata ciliar também uma praça e alguns equipamentos de lazer. Foram incluídos no projeto alguns elementos de recomposição, como a criação de uma faixa de proteção e alguns equipamentos de lazer e também uma praça para que pudessem ter atividades de educação ambiental. O projeto básico foi desenvolvido com a equipe da Dirram - **Atividades Previstas** – serviços preliminares e de levantamento de campo; travessia, urbanização; estrutura de apoio; as built. A justificativa já foi feita longo da apresentação. O valor que se está solicitando é de R$ 4.407.321,02 e o prazo de execução de 9 meses, finaliza a exposição. Colocado em votação é aprovado por unanimidade pelos Conselheiros. Prosseguindo, passa para o item **4.4- Proponente: Inea/Dirram – Projeto: Serviço de Limpeza e Remoção de Vegetação no Durinho da Valeta, Canal da Flecha – Campos dos Goytacazes – Valor: R$ 6.157.213,89 – Prazo: 06 meses – Processo: SEI-070002/000712/2022.** O Gerente João Rocha continua fazendo essa exposição, explicando que o projeto é uma demanda antiga do Inea, do Ministério Público, Prefeitura e pescadores. É um município situado no interior do Estado do Rio de Janeiro e faz parte da Região Hidrográfica RH IX – Paraíba do Sul e Itabapoana, com grandes planícies e alagados entre eles a Lagoa Feia. Uma hidrografia muito complexa de canais, muitos feitos artificialmente para tentar drenar um pouco essas terras alagadas. O Canal de Durinho é extremamente importante, porque é a entrada do canal da Flecha que liga a Lagoa Feia ao mar. O Durinho da Valeta é um ressalto topográfico no fundo lagunar que funciona como um vertedouro natural da Lagoa Feia, importantíssimo para controlar o nível da vazão. A última intervenção que o Inea realizou é bem antiga e desde então houve uma concentração muito grande de macrófitas, que estão inviabilizando qualquer atividade de navegação do canal da Flecha para dentro da Lagoa Feia, além de comprometer o fluxo de troca desses dois corpos hídricos. O objetivo é a limpeza da vegetação que destrói a entrada do canal. As atividades previstas no contrato – administração local; encargos complementares; serviços preliminares; movimentação de terra; operação de desprendimento da vegetação flutuante; operação de retirada da vegetação retida na ecobarreira; serviço de implantação do sistema de ecobarreira para contenção da vegetação. A metodologia e a justificativa é o desprendimento dessa vegetação e levar até um ponto em terra firma para que possa ter a retirada desse material. O investimento é de R$ 6.157.213,89 e o prazo de execução de 6 meses, finaliza a apresentação. O Presidente acrescenta que é um tipo de assoreamento mais complexo, porque a vegetação não é um assoreamento clássico de carreamento. Esse é o primeiro projeto no Conselho de outros que viram da região hidrográfica IX, esse ano por causa da complexidade, das chuvas, com atenção para o rio Pomba e i rio Muriaé. O Conselheiro Peron não tem nenhuma consideração e parabeniza a equipe. A Conselheira Claudia também não tem observação a fazer, sendo

aprovado por todos os Conselheiros. Seguindo, passa para o item **4.5- Proponente: Inea/Dirram – Projeto: Projeto Executivo e Obras de Macrodrenagem, Saneamento e Urbanização do Rio Salgado e da Comunidade de Jacarezinho, Rio de Janeiro – RJ – Valor: R$ 147.899.349,81 – Prazo: 32 meses – Processo: SEI-070002/000793/2022.** Continuando o Gerente João com a apresentação, explicando que é um desafio estar implementando essas obras para o governo do estado, para a população e para a cidade e toda a população que vive no Jacarezinho. O Programa Cidade Integrada começou a implementar esse programa na comunidade do Jacarezinho que é uma comunidade que sempre esteve de forma negativa nos noticiários da cidade. A comunidade tem cerca de 36 mil habitantes, dados de 2020, porém a Associação de Moradores estima em 96 mil moradores. As últimas intervenções realizadas pelo poder público foram da década de 90, o que demonstra o quadro de abandono que a comunidade vem sofrendo ao longo dos anos, Integrada com investimentos na ordem de 620 milhões e na primeira etapa foram escolhidas as comunidades do Jacarezinho e da Muzema. As ações do programa envolvem várias secretarias dentre elas a Seas. Com isso, cabendo ao Inea intervenções de macrodrenagem e urbanização em torno dos rios Salgado e Jacaré. A Dirram está trabalhando na baía do canal do Cunha, principal ponto hídrico que recebe o Faria Timbó e o rio Jacaré que recebe o rio Salgado. Pelas imagens apresentadas foi destacado o rio Salgado, onde a situação é muito precária, sendo o rio Jacaré mais usável sendo ocupado de maneira desordenada. O objetivo desse projeto é a elaboração de projeto executivo e execução de obras de macrodrenagem e urbanização do rio Salgado na comunidade do Jacarezinho, e a canalização do rio Salgado e urbanização da comunidade do Jacarezinho, com diversos serviços de infraestrutura, como saneamento básico, abastecimento de água e iluminação pública. A justificativa é a precariedade e a importância desses corpos hídricos para esses ambientes. O projeto básico foi desenvolvido pelo Consórcio MPU-Lopes Santos no âmbito do programa PAC II, acabando por não executar essa fase do Jacarezinho. O projeto foi desenvolvido em cinco setores com atuação prioritária nos setores 2, 3 e 4 que constituem as principais intervenções, sendo o setor 4 por conta da canalização do corpo hídrico. O orçamento é da ordem de R$ 147.899.349,81 e prazo de execução de 32 meses. A seguir a Sra. Rute vai falar sobre a parte bem importante que é o desfazimento de edificações. Que inicia falando que para contextualizar, na época do PAC II, era coordenadora do Projeto de Trabalho Social. Esses projetos chegarão ao nível de projeto básico avançado. Informa, ainda, que os projetos só não saíram do papel quando a Presidente Dilma sofreu o empeachment e o Presidente Temer cancelou o PAC. Essa comunidade se sentiu muito frustrada, porque os projetos estavam avançados. Existe um Decreto para a construção de alguns equipamentos que vai agregar ao Programa Comunidade. Então, nesse sentido é um projeto que está bem avançado e por isso se consegue chegar a este valor detalhado. O Presidente informa que o Diretor Daniel da Dirram vai fazer uma explicação sobre o desassoreamento do rio Salgado e do rio Jacaré. O Diretor informa que está sendo recolhido bastante material dentro da calha desses rios e uma curiosidade não muito boa, é que na comunidade do Jacarezinho o poder paralelo que estava ali instalado, não autorizava os serviços públicos a chegarem dentro da comunidade, ficando os moradores a mercê do não alcance do poder público na comunidade, com o lixo, entulho, uma série de resíduos dentro do canal, com impacto no escoamento natural desses rios, olhando do ponto de vista ambiental de macrodrenagem. A Conselheira Claudia inicia falando que os projetos são importantes e fundamentais, mas falta o papel principal da educação ambiental e do envolvimento da comunidade nos seus próprios problemas. Então, com o prazo de 32 meses, quando acabar de limpar o rio, depois de 600 milhões gastos, esse rio vai estar sujo novamente. Não vejo, continua, no projeto nenhuma abertura para a participação da população na solução de seus próprios problemas. Porque se a favela é um problema difícil de ser executado e não pode terminar com ela, a própria comunidade terá que tomar consciência e ter um papel determinante para que esses problemas não se agravem. Porque, quando se mostra um rio

tomado de casas de um lado e do outro, não só que as pessoas estão sofrendo com problema, mas na verdade é o rio que está sofrendo o problema das pessoas que estão margeando os rios. A falta de um projeto de educação ambiental dentro desses projetos que são enormes, é que são gritantes. O Diretor Daniel prossegue e concorda com a Sra. Rute quando poderá que a necessidade dessas ações integradas é de suma importância. O Programa Cidade Integrada também contempla ações socioambientais. E o projeto Ambiente Jovem da Seas, complementa as ações com os jovens da própria comunidade para mostrar a necessidade de conscientização ambiental e evitar que esses novos danos sejam evitados. O Conselheiro Markus explica que o Comitê Paritário composto por agentes do governo e com o pessoal da comunidade, lideranças. O processo tem que ser participativo, as comunidades têm que participar da decisão. E não estão dentro desse grupo de trabalho. O Comitê Baía de Guanabara atua com educação ambiental. Como sugestão, caberia uma ação conjunta dando ciência do que está acontecendo. O Conselheiro Peron diz que não tem nenhum comentário. O projeto é aprovado pelos Conselheiros com a ressalva que falta a parte da educação ambiental. O Presidente se compromete em enviar o Programa completo, assim como as pautas aprovadas em 2021 sobre a educação ambiental. O Presidente passa então para o **item 5**, sobre a necessidade de alteração do valor do Projeto Fecam de Apoio Técnico aos Projetos, Obras e Serviços da Diretoria de Recuperação Ambiental – Dirram no Estado do Rio de Janeiro de R$ 7.581.999,75 para R$ 16.044.731,11. Encerrando, então, o Presidente agradece, em especial, a Claudia e ao Markus, colocando à disposição toda a equipe do Fecam, Inea e da Secretaria, nada a mais havendo a tratar, agradece a todos a participação e dá como encerrada a sessão.

PHILIPE CAMPELLO COSTA BRONDI DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho Superior

JORGE VICENTE PERON MENDES
Representante da FIRJAN

CLAUDIA VALENTE
Representante Titular da APEDEMA

MARKUS WOLFJDUNKELL BUDZKZ
Representante Suplente da APEDEMA